



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

ANÁLISE DO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE NOS RELATOS INTEGRADOS DE EMPRESAS POTENCIALMENTE POLUIDORAS

ALEX JARDIM MIRANDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

GLAYSSON AGUILAR DE ARAUJO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

BRUNA CAMARGOS AVELINO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

ANÁLISE DO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE NOS RELATOS INTEGRADOS DE EMPRESAS POTENCIALMENTE POLUIDORAS

1. INTRODUÇÃO

Segundo Freeman (2010), credores e acionistas deixaram de ser os únicos interessados na gestão e no desempenho das empresas. Diante de problemas ecológicos cada vez mais frequentes, as partes interessadas, os *stakeholders*, foram progressivamente passando a dar mais importância a outros aspectos relacionados às organizações. Portanto, a rentabilidade ou a qualidade dos produtos e serviços foram deixando de ser as únicas informações relevantes sobre a empresa. A maximização dos lucros não é mais a única responsabilidade e preocupação das empresas, uma vez que as atividades por elas desenvolvidas podem causar impactos muito maiores e não meramente financeiros (HACKSTON; MILNE, 1996).

Por conta da mudança de comportamento dos *stakeholders*, Martinez-Alier (1996) afirma que as empresas tiveram que se enquadrar em determinados padrões ambientais, além disso, questões ambientais se tornaram pontos vitais de estratégia para as organizações privadas. Em função disso, na gestão das organizações, o fator ambiental se tornou assunto de alta prioridade, influenciando nas tomadas de decisão. Para a continuidade sustentável do negócio, a gestão ambiental responsável se tornou foco importante para as empresas, muitas delas chegando a gastar volumes consideráveis de recursos em prol de atividades sustentáveis (HANSEN; MOWEN, 2001).

A divulgação, ou o *disclosure*, de informações sociais e ambientais é um mecanismo de prestação de contas das organizações, que informa aos seus *stakeholders* como elas lidam com os impactos que geram na sociedade e no meio ambiente (BACHOO, 2013). Não há uma norma específica que regularize a divulgação de informações de caráter social e ambiental no Brasil. Porém, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T 15 (CFC, 2004) estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, mas não a torna obrigatória. Existem modelos de evidenciação que podem ser seguidos, que estabelecem padrões para a elaboração de relatórios socioambientais, como o Balanço Social sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, os padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI) e, mais recentemente, o Relato Integrado (RI).

Em 2013, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) criou um *framework* para o Relato Integrado (RI), o qual refere-se à integração de informações financeiras e não financeiras em um único relatório, dessa forma, o RI se constitui de informações tanto de caráter voluntário quanto de caráter obrigatório das organizações. Tal relatório se difere de outros, uma vez que focaliza a capacidade que uma organização tem em gerar valor no curto, médio e longo prazo, enfatizando a interdependência de uma gama de fatores que afetam a capacidade da organização na geração de valor. Assim, conforme seu *framework*, o Relato Integrado “possui uma ênfase combinada na concisão, no foco estratégico e na orientação para o futuro, na conectividade da informação e nos capitais e suas interdependências” (IIRC, 2013a, pág. 2), evidenciando a importância do pensamento integrado dentro da organização.

O IIRC (2013a) indica seis diferentes recursos, denominados capitais, cujo consumo e criação devem ser reportados pelas organizações. Tais capitais agregam, além do elemento financeiro, elementos não financeiros capazes de gerar valor. Portanto, a divulgação dos capitais pode auxiliar as organizações na demonstração da sua criação de valor, fornecendo uma narrativa simplificada, confiável e qualificada para abranger o diálogo para qualquer parte que esteja interessada (LAI *et al.*, 2018).

A Brasil, Bolsa, Balcão (B3), em 2012, na época chamada BM&FBOVESPA, criou um programa em parceria com o GRI denominado Relate ou Explique. Este programa foi criado para que as empresas listadas pudessem indicar voluntariamente no Formulário de Referência

(FR) se publicavam Relatório Anual que considerava aspectos de sustentabilidade e, caso não publicassem, deveriam explicar por qual motivo não o faziam. Essa ação foi criada com o objetivo de estimular a transparência sobre os aspectos de sustentabilidade nas empresas. Com as informações coletadas, um documento era criado compilando os dados, disponibilizando, assim, aos investidores e interessados, acesso facilitado a estas informações (B3, 2020).

Apesar da crescente adoção do Relato Integrado pelas companhias brasileiras (GARCIA et al., 2019), em 2020, a B3 informou que não mais iria fazer a compilação do banco de dados com as informações coletadas sobre as políticas socioambientais das empresas listadas, com a justificativa de que os “investidores não utilizavam este banco de dados específico em suas análises ESG, mas sim diretamente via FR e através de canais como site corporativo das companhias e questionários próprios”. A sigla ESG refere-se a *Environmental, Social and Governance*, que é uma expressão utilizada para designar os componentes ambientais, sociais e de governança corporativa associados à sustentabilidade e às informações não financeiras (LINHARES, 2017).

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 2020, aprovou a Resolução número 14, a qual torna obrigatória para as companhias abertas que decidirem elaborar e divulgar Relatos Integrados, seguir a Orientação CPC 09 - Relato Integrado (OCPC 09), emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A OCPC 09 enfatiza que o pensamento integrado está enraizado nas principais práticas de negócios dos setores público e privado e o Relato Integrado contribui para facilitar e padronizar sua evidenciação.

Diante de tais fatos, esta pesquisa busca analisar de que forma as empresas listadas na B3 pertencentes a setores com potencial impacto ambiental estão apresentando informações de sustentabilidade em seus Demonstrativos Anuais, e se, para isso, estão utilizando o *framework* do Relato Integrado. Para tal, o estudo parte da seguinte questão: *Qual o nível de divulgação de informações sobre sustentabilidade nos Relatos Integrados das empresas potencialmente poluidoras listadas na B3?* Este trabalho tem como objetivo geral verificar qual o nível de divulgação de informações sobre sustentabilidade nos Relatos Integrados das empresas potencialmente poluidoras listadas na B3, a partir da análise dos indicadores-chave de desempenho (KPIs) dos capitais não financeiros apresentados na Estrutura Internacional do Relato Integrado, considerando os anos de 2018 a 2020.

A realização desta pesquisa se justifica pelo aumento das discussões em torno de questões ambientais e sociais entre os *stakeholders*, os quais esperam que as empresas sejam transparentes e divulguem informações sobre suas práticas sustentáveis (FREEMAN, 2010). Neste cenário, devido ao aumento na adoção do Relato Integrado pelas empresas (GARCIA et al., 2019), este estudo busca contribuir com mais informações para profissionais, acadêmicos e a sociedade como um todo sobre este novo modelo de relatório.

Com a realização desta pesquisa, busca-se levantar evidências sobre o nível de adesão do RI e sobre o conteúdo deste tipo de relatório, especificamente em relação à divulgação e à evolução do seu conteúdo pelas empresas com maior potencial de geração de impactos ambientais no Brasil. Isto visa intensificar as reflexões sobre como estas empresas administram seus recursos para a criação de valor, sobre como divulgam informações de cunho socioambiental e sobre como lidam com seus possíveis impactos no ambiente e na sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Divulgação Voluntária e Teoria da Legitimidade

Uma empresa não só divulga informações exigidas por lei, mas, também, divulga toda informação que seja útil para a tomada de decisões pelos *stakeholders* (ROVER; MURCHIA, 2010). No *disclosure* voluntário, embora não apresente obrigatoriedade prevista em lei para sua evidenciação, as informações contidas podem reduzir a assimetria informacional, assim como

auxiliar na avaliação de perspectivas futuras, cabendo aos gestores a decisão da divulgação destas informações (VERRECCHIA, 2001).

A teoria da legitimidade se origina da concepção de que as organizações procuram estabelecer congruência entre suas atividades e as expectativas da sociedade. Visto isso, as organizações se legitimam à medida que alinham suas atividades e práticas com normas e padrões exigidos no ambiente em que atuam (DIAS FILHO, 2012).

Para evitar crises de legitimidade, uma organização fará tudo que considerar necessário para preservar sua imagem, devido a isso, as empresas passaram a divulgar cada vez mais informações sociais e ambientais (VILLIERS; VON STADEN, 2006). Ribeiro (2010) indica que a evidenciação de informações ambientais possui finalidade de informar aos usuários interessados sobre o relacionamento da empresa com o meio ambiente e que, para isso, é necessário apresentar todas as informações relativas a eventos e transações que envolvam relação com o meio ambiente, detalhando as informações conforme a relevância dos valores e pela natureza dos gastos relativos à interação entre a empresa e o meio ambiente.

Nesse sentido, as diretrizes estabelecidas pela organização *Global Reporting Initiative* (GRI) consistem em um padrão para a elaboração de relatórios de sustentabilidade difundido internacionalmente e que já foi amplamente adotado por empresas do mundo todo, por meio de uma metodologia estruturada, visando produzir relatórios padronizados e comparáveis, descrevendo os impactos econômicos, ambientais e sociais das organizações (GARCIAL et al., 2015).

2.2 Relato Integrado

O Relato Integrado visa melhorar a qualidade das informações contidas nos relatórios, dando ênfase à conectividade de informações, clareza, consistência, relevância estratégica, concisão, comparabilidade e orientação para o futuro. Com a adoção deste modelo de relatório, por meio do pensamento integrado e da aplicação do princípio da conectividade de informação, as organizações deixariam de produzir comunicações numerosas, desconexas e estáticas (IIRC, 2013a).

O *framework* do Relato Integrado (RI) foi criado para possibilitar a comparação entre desempenhos de uma companhia, de suas concorrentes e demais empresas, a fim de tornar comparável os desempenhos financeiros e não financeiros de empresas distintas. Desse modo, o RI promove uma redução das lacunas presentes, apresentando informações financeiras e não financeiras com coerência, completude e relevância para as partes interessadas (KASSAI; CARVALHO, 2013).

Conforme sua estrutura conceitual, o Relato Integrado tem como objetivo informar com clareza como uma organização gera valor ao longo do tempo, seja em curto, médio ou longo prazo, por meio de informações relevantes, financeiras ou não financeiras. Assim, o *framework* indica as informações que devem ser incluídas em um relatório integrado para uso na avaliação da capacidade de uma organização em gerar valor (IIRC, 2013a).

Segundo o IIRC (2013a), criação de valor é a maneira da organização interagir com o ambiente externo, desse modo, o Relato Integrado visa explicar como uma organização gera valor ao longo do tempo, oferecendo uma visão do ambiente externo que afeta a organização, dos recursos usados e afetados pela organização, denominados de “capitais”, e, por fim, das relações entre a organização, o ambiente externo e os capitais na geração de valor no curto, médio e longo prazo.

Os capitais são repositórios de valor, podendo aumentar, diminuir ou se transformar por meio das atividades da organização. A definição dos capitais pelo IIRC (2013a) e pelo CPC (2020) está exposta no Quadro 1.

Quadro 1 - Capitais e seus conceitos

Capital	Conceito
Capital Financeiro	Recursos que estão disponíveis para serem utilizados na produção de bens ou na prestação de serviços. Podendo ser obtidos através de capital próprio ou de terceiros, por meio de financiamentos, tais como dívidas, ações ou subvenções, ou gerado por meio de investimentos.
Capital Manufaturado	Objetos físicos manufaturados (não se confunde com objetos físicos naturais) disponíveis a uma organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços, podendo incluir: prédios, equipamentos, a infraestrutura (tais como estradas, portos, pontes e plantas para o tratamento de esgoto e água), incluindo ativos para venda ou uso próprio.
Capital Intelectual	Intangíveis organizacionais baseados em conhecimento, entre eles: propriedade intelectual, tais como patentes, direitos autorais, <i>software</i> , direitos e licenças; “capital organizacional”, tais como conhecimento tácito, sistemas, procedimentos e protocolos.
Capital Humano	As competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar, incluindo: formação técnica, conhecimentos e experiências; seu alinhamento e apoio à estrutura de governança; a capacidade de entender, desenvolver e implementar a estratégia de uma organização; a motivação para melhorar processos, bens e serviços, incluindo a capacidade de liderar, gerenciar e colaborar.
Capital Social e de Relacionamento	As instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes, e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo. O capital social e de relacionamento abrange: padrões compartilhados, bem como valores e comportamentos comuns, relacionamentos com as principais partes interessadas e a confiança e compromisso que uma organização desenvolve e procura construir e proteger com as partes interessadas externas.
Capital Natural	Todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização. Isto inclui: água, terra, minerais, florestas, a biodiversidade e a qualidade do ecossistema.

Fonte: Adaptado de IIRC (2013a) e CPC (2020).

No processo de geração de valor, utiliza-se os capitais como *inputs* e, por meio de atividades empresariais, são convertidos em produtos. Este processo resulta também em outros efeitos sobre os capitais. Entende-se como atividades empresariais o planejamento, o *design* e a manufatura de produtos, a alocação de habilidades e conhecimentos especializados na prestação de serviços, entre outras. Incentivar a cultura da inovação, no sentido de antecipar a demanda de clientes, pode ser considerado uma das principais atividades empresariais, podendo, assim, introduzir eficiências e uso melhorado da tecnologia, substituindo insumos para minimizar os efeitos sociais e ambientais adversos (IIRC, 2013a; CPC, 2020).

2.3 Estudos Anteriores

Após o surgimento do Relato Integrado em 2013, pesquisadores prontamente iniciaram pesquisas acerca deste novo modelo de relatório tanto no Brasil quanto no âmbito internacional. O estudo de Zaro (2015) teve por objetivo analisar a forma com que as empresas brasileiras participantes do projeto piloto do RI atendiam aos elementos de conteúdo da estrutura conceitual do relato integrado a partir dos relatórios divulgados pelas empresas, referentes ao exercício de 2013. Os resultados encontrados indicaram que, à época, as empresas ainda se restringiam às exigências do GRI e precisavam melhorar suas informações em relação à orientação para uma gestão de longo prazo, portanto, sendo necessário amadurecimento das divulgações em relação à integração, apesar de terem sido destacados exemplos da conectividade proposta pelo IIRC.

Alguns estudos se dedicaram à análise da divulgação dos capitais não financeiros propostos pelo IIRC. Nascimento et al. (2015) buscaram verificar os níveis de aderência das empresas brasileiras listadas no segmento do Novo Mercado aos indicadores-chave de desempenho (KPIs) dos capitais não-financeiros a partir da análise dos relatórios divulgados

por essas empresas no ano de 2012. O resultado da pesquisa indicou que, no período analisado, as empresas não estavam adequadas aos modelos propostos pelo Relato Integrado, apresentando níveis baixos (insatisfatórios e ruins) de aderência na maior parte das empresas.

Para verificar a aderência ao capital natural proposto pelo IIRC pelas empresas listadas na bolsa de valores brasileira pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Cardoso et al. (2017a) verificaram os relatórios dos anos de 2013 a 2015 das empresas que compuseram a amostra do estudo, a partir da contagem das palavras relacionadas aos KPIs relacionados ao capital natural, estabelecendo uma comparação entre os setores envolvidos no estudo. Concluíram que as empresas, na época, já se preocupavam em divulgar em seus relatórios informações acerca do capital natural proposto pelo IIRC, com uma média de 75% a 80% de divulgação dos KPIs nos três anos do estudo.

Cardoso et al. (2017b) analisaram o nível de aderência pelas empresas do setor bancário brasileiro aos indicadores-chave de desempenho (KPI) dos capitais financeiro e humano propostos pelo IIRC, considerando os relatórios integrados divulgados nos anos de 2015 e 2016, sob a ótica da Teoria da Sinalização. Os resultados alcançados demonstraram que as empresas estudadas tiveram bons níveis de conectividade de divulgação de informações financeiras e não financeiras, corroborando com a teoria da sinalização, a qual indica que empresas com boa performance procuram enfatizar seu desempenho por meio do *disclosure* de informações voluntárias.

Teixeira et al. (2021) buscaram analisar a evolução do nível de divulgação de informações não financeiras no Relato Integrado das empresas brasileiras participantes do projeto piloto do IIRC no período de 2013 a 2017. Para isso, analisaram a divulgação dos KPIs dos capitais não-financeiros e estabeleceram um índice de divulgação. Os dados coletados indicaram que nenhuma das empresas obteve média acima de satisfatória, ou seja, acima de 75% de divulgação dos KPIs. Dessa forma, os resultados encontrados sugerem que as empresas participantes do projeto piloto tiveram dificuldades para atender as recomendações da estrutura básica do IIRC, demonstrando a necessidade de melhorar a qualidade do conteúdo e o *disclosure* de informações não financeiras divulgadas pelas empresas.

3 METODOLOGIA

3.1 Seleção da Amostra e Coleta dos Dados

Este estudo é caracterizado quanto aos objetivos como de cunho descritivo. A coleta de dados foi realizada por meio de procedimentos de pesquisa documental. Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa pode ser caracterizada como de natureza quantitativa.

A amostra deste estudo consiste nas empresas de capital aberto listadas na bolsa de valores brasileira, a B3, entre os anos de 2018 a 2020, pertencentes a setores potencialmente poluidores, uma vez que, pressupondo a teoria da legitimidade, este conjunto de empresas possui uma grande pressão social quanto aos impactos ambientais gerados, assim, tendem a divulgar mais informações de cunho socioambiental para se manterem legítimas perante à sociedade.

Para a definição dos setores com potencial impacto ambiental foi utilizado como base o Anexo VIII da Lei nº. 10.165/2000, que trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Este anexo classifica as categorias das atividades econômicas como sendo de alto, médio ou pequeno impacto ambiental, de acordo com o potencial de poluição e utilização dos recursos ambientais (PPGU).

Portanto, para a seleção das empresas da amostra foram consideradas apenas as atividades econômicas consideradas de alto e médio impacto ambiental, sendo excluídas as empresas que abriram seu capital a partir de 2019. Assim, considerando-se os segmentos de alto e médio potencial de poluição, conforme o Anexo VII da Lei nº. 10.165/2000, bem como

como o número de empresas listadas na bolsa destes segmentos, inicialmente consideradas na amostra, totalizaram-se 172 empresas analisadas no estudo.

No que tange à obtenção dos dados referentes à publicação de aspectos de sustentabilidade por meio de relatório anual pelas empresas em 2019, foi utilizada a base de dados *Relate ou Explique* publicada pela B3 (2020), com o compilado das respostas dadas pelas empresas listadas no Formulário de Referência em 2020 no campo “7.8 - Políticas Socioambientais”. Essa base contém os dados informados por meio do FR, assim, foi possível coletar informações de quais empresas publicavam relatório anual de sustentabilidade, qual modelo era utilizado como base para a elaboração e onde se localizava o relatório.

Já para a coleta dos dados e relatórios anuais referentes ao ano de 2020, visto que a B3 não publicou o banco de dados “*Relate ou Explique*” referente a este ano, por meio de sítios de pesquisa eletrônica foi buscado o FR referente ao ano de 2021 de cada uma das empresas da amostra, para que fosse possível a coleta das respostas dadas no campo 7.8 do FR.

Por fim, foram coletados todos os Relatos Integrados dos anos de 2018 a 2020 das empresas da amostra nos locais informados pelo FR, para que fosse possível analisá-los. Empresas do mesmo grupo divulgam o mesmo RI, desse modo, foi considerada apenas uma das empresas do grupo para análise. Ao final, foram analisados 56 relatórios de 24 empresas.

3.2 Análise dos Dados

Em relação à análise dos dados, primeiramente, foi verificado, para cada ano da pesquisa, se houve a publicação de relatórios com informações de cunho socioambiental, identificando a metodologia adotada para a elaboração das publicações para cada uma das empresas analisadas. Posteriormente, os dados foram sumarizados por meio de tabelas, sendo realizadas análises de frequência para evidenciar as características gerais da amostra. Em seguida, procedeu-se à análise comparativa tanto entre as informações de ambos os anos estudados quanto entre as informações de todas as empresas estudadas.

Por meio de pesquisas textuais, os relatórios integrados coletados foram analisados, para verificar se, de fato, as empresas que os publicaram estão seguindo a estrutura conceitual do Relato Integrado proposta pelo IIRC e a OCPC 09. Para isso, foram utilizados indicadores-chave de desempenho (KPI), descritos na seção “*6B Metrics*” do *Background Paper Capitals for IR* (IIRC, 2013b).

Foi criado um *checklist* composto por 34 KPIs, baseados no estudo de Nascimento et al. (2015), não sendo consideradas métricas monetárias, dessa forma, o estudo limita-se apenas aos capitais não financeiros. Para a aplicação do *checklist* e a identificação dos KPIs nos relatórios das organizações, foi utilizado o *software* NVivo, utilizando palavras e termos relacionados aos indicadores para a pesquisa textual, adaptados do estudo de Nascimento et al (2015). Posteriormente, foram analisados os contextos dos trechos localizados por meio dos termos.

Para a determinação do nível de divulgação, foi utilizado um Índice de Divulgação adaptado do estudo de Lemos, Ariza e Rodrigues (2012), conforme Equação 1.

Equação 1: Índice de Divulgação

$$ID_i = \sum_{j=1}^d \frac{d_j}{d}$$

Fonte: Adaptado de Lemos, Ariza e Rodrigues (2012).

Em que:

ID_i : Índice de Divulgação da empresa i ;

d_j : Variável dicotômica que assume o valor 0 se o indicador (KPI) j não é divulgado; e o valor 1, se o indicador (KPI) j é divulgado;

d : Número máximo de indicadores analisados (34).

O índice é calculado para cada empresa dividindo-se a quantidade de indicadores divulgados pela quantidade de cada grupo de KPIs e pelo total de indicadores, sendo os grupos e quantidade de indicadores: Capital Natural – 7; Capital Humano – 11; Capital Social e de Relacionamento – 8; Capital Intelectual – 8; e Total de indicadores dos quatro capitais – 34.

Os índices calculados podem variar entre 0 e 1. Então, os resultados obtidos foram classificados em quatro níveis de divulgação, conforme o padrão de classificação do trabalho de Lemos, Ariza e Rodrigues (2012), sendo eles: nível 1, ID de 0,75 a 1 – “Bom”; nível 2, ID de 0,5 a 0,75 – “Satisfatório”; nível 3, ID de 0,25 a 0,5 – “Insatisfatório”; nível 4, ID de 0 a 0,25.

Os índices foram analisados individualmente para cada um dos relatórios e empresas analisadas, por meio do cálculo da média dos IDs dos indicadores de cada um dos relatórios estudados. Além disso, para determinar o ID de cada KPI, foi calculada a média dos IDs de cada um dos indicadores, mediante o cálculo da média ponderada pela quantidade de relatórios em cada ano. E, para determinar o ID de cada um dos quatro capitais, foi calculada a média dos IDs de cada grupo de KPIs.

A técnica de análise de dados utilizada consiste na análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977), visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo, indicadores, que podem ser quantitativos, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção do conteúdo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Características Gerais da Amostra

Primeiramente, a partir dos dados disponibilizados pela B3 por meio do “Relate ou Explique” referente ao ano base de 2018, com a compilação das respostas das empresas ao item “7.8 – Políticas Socioambientais” do Formulário de Referência, assim como pela coleta individual das respostas das empresas do mesmo item do FR dos anos base de 2019 e 2020, foram sumarizadas as respostas elencadas na Tabela 1, quanto à divulgação ou não de relatórios contendo informações sociais e ambientais e, caso positivo, a metodologia adotada na elaboração do relatório.

Tabela 1 - Divulgação dos Relatórios e Metodologias Adotadas

Metodologia de Divulgação	2018		2019		2020	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Não divulga	83	48,26%	83	48,26%	81	47,09%
GRI	68	39,53%	61	35,47%	53	30,81%
GRI e IIRC	19	11,05%	25	14,53%	35	20,35%
IIRC	2	1,16%	3	1,74%	3	1,74%
Total	172	100%	172	100%	172	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Das empresas estudadas, 83 não divulgaram nenhum relatório que contivesse informações socioambientais referentes aos anos de 2018 e 2019, representando 48,26% da amostra. No ano de 2020, houve um pequeno decréscimo neste número de empresas, assim, 81 entidades não divulgaram relatórios com informações de cunho socioambiental referente a este ano, o que representa 47,09% da amostra.

É possível observar o aumento da aderência ao modelo proposto pelo IIRC ao longo destes anos. Enquanto no ano de 2018 apenas 21 empresas da amostra informaram que divulgaram um relatório que adotava as diretrizes propostas pelo IIRC para a divulgação de um

Relato Integrado, nos anos de 2019 e 2020 este número aumentou para 28 e 38, respectivamente. Dessa forma, houve um aumento de 33,3% em 2019 de empresas que adotaram o Relato Integrado, um aumento de 35,7% do ano de 2019 para 2020, resultando em um aumento de 80,95% acumulado no período. Porém, em 2020, dentre as empresas que divulgaram algum relatório com informações socioambientais, ainda apenas 41,8% delas aderiram ao Relato Integrado.

Ainda, dentre as empresas que informaram que aderiram às diretrizes do Relato Integrado ao longo do triênio 2018-2020, registram-se 13 em 2018, 19 em 2019 e 24 em 2020, perfazendo um total de 56.

4.2 Divulgação dos Capitais não Financeiros

4.2.1 Capital Natural

Com o propósito de alcançar o objetivo proposto por este estudo, foi realizada uma pesquisa quanto à divulgação dos indicadores-chave de desempenho (KPI) nos relatórios divulgados pelas empresas componentes da amostra. Os resultados foram alcançados a partir da aplicação do *checklist* dos KPIs nos relatórios anuais de cada uma das empresas que informaram que elaboraram seus relatórios com base no *framework* proposto pelo IIRC.

Na Tabela 2, detalha-se a divulgação dos KPIs relacionados ao capital natural, pelos quais é possível mensurar o grau de utilização dos recursos naturais pelas empresas, bem como as ações tomadas por elas a fim de gerenciar os impactos causados ao meio ambiente (IIRC, 2013b).

Tabela 2 - Níveis de Divulgação dos KPIs de Capital Natural

Indicadores-Chaves de Desempenho (KPI)	2018	2019	2020	ID KPI	Classificação
	ID	ID	ID		
1.1. Emissão de CO2;	1,00	1,00	1,00	1,000	Bom
1.2. Consumo de energia por fonte de energia;	0,69	0,89	0,79	0,804	Bom
1.3. Quantidade de desperdício;	1,00	1,00	1,00	1,000	Bom
1.4. Acidentes ambientais;	0,46	0,63	0,67	0,607	Satisfatório
1.5. Resíduos reciclados;	1,00	0,95	0,92	0,946	Bom
1.6. Investimentos em proteção ambiental;	0,92	0,84	0,92	0,893	Bom
1.7. Compra de animais para testes.	0,08	0,11	0,04	0,071	Ruim
ID médio	0,736	0,774	0,762	0,760	Bom

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se uma média de divulgação de 76% dos KPIs pelas empresas analisadas, alcançando o maior nível de divulgação deste capital, podendo se classificar como “Bom” com base na metodologia adotada. Tal resultado pode ter sido alcançado pelo fato de este grupo de empresas estarem sempre se preocupando em divulgar aspectos ambientais, por conta de pressões sociais, visto que tais organizações podem gerar grandes impactos ambientais, corroborando a Teoria da Legitimidade.

Dos sete KPIs, cinco alcançaram um nível “Bom” de divulgação, sendo que todas as empresas (100%) divulgaram aspectos relacionados à emissão de gás carbônico e a quantidade de resíduos gerados. Por outro lado, em apenas 7,1% dos relatórios analisados foram divulgadas questões relacionadas à compra de animais para testes, obtendo um nível “Ruim” de divulgação. Porém, considerando os setores de atuação das empresas estudadas, este KPI pode não se aplicar a uma parcela das entidades, assim, o resultado encontrado não significa que as organizações estejam omitindo informações relacionadas à execução de testes em animais.

Em 2018, houve uma divulgação de 73,6% dos indicadores, sendo classificado com um nível “Satisfatório” de divulgação. Este índice cresceu nos anos seguintes, alcançando 77,4% em 2019 e 76,2% em 2020: em ambos os anos, pode ser considerado um “Bom” nível de divulgação.

Nascimento et al. (2015) encontraram um ID médio de 53% na amostra estudada por eles, o qual indica um nível “Satisfatório” na divulgação, enquanto Cardoso et al. (2017a) encontraram um ID médio de 79,2%, indicando um nível “Bom” na divulgação. Esta diferença nos níveis de divulgação pode ser devido à amostra escolhida para o estudo. Ambas as pesquisas – Nascimento et al. (2015) e Cardoso et al. (2017a) –, assim como este estudo, indicaram que o KPI mais divulgado foi o de “Emissões de CO2” e o menos divulgado foi o de “Compra de animais para testes”.

4.2.2 Capital Humano

Na Tabela 3, são evidenciados os resultados alcançados na pesquisa acerca da divulgação dos KPIs do Capital Humano. Estes indicadores, conforme o *Background Papers for IIRC* (2013), podem informar as habilidades e experiências dos funcionários, suas motivações para colaborar, assim como habilidades adquiridas por meio da educação formal e do treinamento no trabalho.

Tabela 3 - Níveis de Divulgação dos KPIs do Capital Humano

Indicadores-Chaves de Desempenho (KPI)	2018	2019	2020	ID KPI	Classificação
	ID	ID	ID		
2.1. Número de empregados;	1,00	1,00	0,96	0,982	Bom
2.2. Diversidade;	1,00	1,00	1,00	1,000	Bom
2.3. Investimento total em treinamento;	0,46	0,32	0,25	0,321	Insatisfatório
2.4. Empregados em aprendizagem eletrônica corporativa;	0,69	0,68	0,83	0,750	Bom
2.5. Média de idades;	0,92	0,79	0,75	0,804	Bom
2.6. Média de dias de treinamento por empregado;	0,77	0,79	0,79	0,786	Bom
2.7. Resultado de pesquisas com empregados;	0,69	0,53	0,58	0,589	Satisfatório
2.8. Acidentes por milhão de horas trabalhadas;	0,69	0,74	0,79	0,750	Bom
2.9. Taxa de absenteísmo;	0,54	0,42	0,33	0,411	Insatisfatório
2.10. Taxa de demissão;	0,85	0,74	0,71	0,750	Bom
2.11. Proporção do salário mínimo.	0,46	0,26	0,25	0,304	Insatisfatório
ID médio	0,734	0,660	0,659	0,677	Satisfatório

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pode-se observar que houve uma queda no nível de divulgação dos KPIs entre os anos de 2018 e 2019. Em 2018, 73,4% dos indicadores foram divulgados nos relatórios estudados; este percentual caiu para 66% em 2019, se mantendo em 2020, podendo se classificar como um nível “Satisfatório” de divulgação. O estudo de Cardoso et al. (2017b) também encontrou um ID médio classificado como “Satisfatório”, de 73,9%, apesar de a amostra estudada ser diferente.

No trabalho de Nascimento et al. (2015), o KPI “Diversidade” foi o segundo mais divulgado, porém, neste estudo, todas as empresas (100%), em seus relatórios, divulgaram conteúdos sobre diversidade na organização, seja por sexo, raça, idade, deficiências e outros fatores, bem como a igual oportunidade para todos, podendo indicar um crescimento na

discussão sobre este assunto. O estudo de Teixeira et al. (2021) também indicou um aumento na divulgação deste KPI, atingindo o total na divulgação nos últimos anos estudados pelos autores.

Apenas um relatório não divulgou o número total de funcionários da empresa naquele ano; no estudo de Nascimento et al. (2015), todas as empresas estudadas por eles divulgaram esta informação.

No total, sete dos 11 indicadores obtiveram um “Bom” nível de divulgação. Por outro lado, três dos indicadores alcançaram apenas o nível “Insatisfatório” de divulgação, sendo eles: o investimento total das organizações em treinamento para seus funcionários, a taxa de absenteísmo dos funcionários e a proporção dos salários da organização com relação ao salário mínimo local.

4.2.3 Capital Social e de Relacionamento

Os indicadores relacionados ao Capital Social e de Relacionamento mensuram os relacionamentos dentro da organização, bem como aqueles entre a organização e seus agentes externos e partes interessadas, como clientes, fornecedores e a sociedade (IIRC, 2013b). Os índices de divulgação destes KPIs estão elencados na Tabela 4.

Tabela 4 - Níveis de Divulgação dos KPIs do Capital Social e de Relacionamento

Indicadores-Chaves de Desempenho (KPI)	2018	2019	2020	ID KPI	Classificação
	ID	ID	ID		
3.1. Ranking de “Melhores Empresas para Trabalhar”;	0,23	0,21	0,33	0,268	Insatisfatório
3.2. Número de voluntários;	0,62	0,74	0,58	0,643	Satisfatório
3.3. Processos trabalhistas;	0,31	0,21	0,21	0,232	Ruim
3.4. Envolvimento em ações sociais;	1,00	0,95	1,00	0,982	Bom
3.5. Envolvimento em projetos culturais;	0,85	0,74	0,71	0,750	Bom
3.6. Índice de satisfação do cliente;	0,77	0,42	0,54	0,554	Satisfatório
3.7. Provisão para projetos sociais;	0,00	0,00	0,04	0,018	Ruim
3.8. “Investimentos sociais” (gastos com filantropia).	0,92	0,84	0,92	0,893	Bom
ID médio	0,587	0,513	0,542	0,542	Satisfatório

Fonte: Elaborado pelos autores.

Este grupo de indicadores obteve um índice de divulgação médio nos três anos analisados de 54,2%, sendo classificado como um nível “Satisfatório” de divulgação.

É possível verificar que os níveis alcançados por cada um dos KPIs foram diversificados. Dos oito indicadores, três foram classificados como “Bom”, sendo o maior desempenho no indicador de envolvimento em ações sociais, em que apenas uma empresa no ano de 2019 não divulgou nenhum envolvimento em causas sociais. Este mesmo indicador também foi o mais divulgado nos achados de Nascimento et al. (2015) e Teixeira et al. (2021). Os demais indicadores que obtiveram o maior nível de divulgação foram: envolvimento em projetos culturais e divulgação dos gastos com filantropia.

Outros dois indicadores, “número de voluntários” e “índice de satisfação do cliente”, obtiveram um nível “Satisfatório” de divulgação. Um único indicador obteve um nível “Insatisfatório” de divulgação, o ranking de *Great Place to Work* (Melhores Empresas para Trabalhar). Além disso, outros dois KPIs foram classificados com o pior nível de divulgação, sendo eles: os processos trabalhistas em que a organização estava envolvida e a divulgação das provisões formadas para projetos sociais, de modo que apenas uma empresa divulgou tais

informações no ano de 2020. A pesquisa de Nascimento et al. (2015) também chegou ao resultado de que estes três KPI's foram os menos divulgados pelas empresas.

4.2.4 Capital Intelectual

Na Tabela 5, são dispostos os índices de divulgação dos KPIs relacionados ao Capital Intelectual, após a aplicação do *checklist* nos relatórios estudados. Este conjunto de KPIs descreve os intangíveis que podem fornecer vantagem competitiva, tais como: propriedades intelectuais, como patentes, direitos autorais, sistemas organizacionais, entre outros; e também intangíveis que estão relacionados à marca e à reputação da organização (IIRC, 2013b).

Tabela 5 - Níveis de Divulgação dos KPIs do Capital Intelectual

Indicadores-Chaves de Desempenho (KPI)	2018	2019	2020	ID KPI	Classificação
	ID	ID	ID		
4.1. Número de patentes requeridas;	0,31	0,26	0,29	0,286	Insatisfatório
4.2. Gastos com P&D;	0,85	0,74	0,75	0,768	Bom
4.3. Número de testes com novas tecnologias;	0,08	0,11	0,04	0,071	Ruim
4.4. Reconhecimento da marca;	0,62	0,74	0,75	0,714	Satisfatório
4.5. Número de novos produtos desenvolvidos;	0,23	0,21	0,13	0,179	Ruim
4.6. Despesas com desenvolvimento de mudanças/processos da organização;	0,62	0,53	0,63	0,589	Satisfatório
4.7. Despesas com desenvolvimento de softwares para sistemas internos;	0,31	0,42	0,38	0,375	Insatisfatório
4.8. Vendas geradas por produtos originados por P&D.	0,00	0,05	0,08	0,054	Ruim
ID médio	0,375	0,382	0,380	0,379	Insatisfatório

Fonte: Elaborado pelos autores.

Assim como nos trabalhos de Nascimento et al. (2015) e Teixeira et al. (2021), o Capital Intelectual foi o capital que obteve o pior resultado, sendo classificado como “Insatisfatório” nas três pesquisas, embora as amostras sejam diferentes.

É possível observar que não houve grandes variações na divulgação dos KPIs ao longo dos anos, porém, o índice de divulgação pode ser classificado apenas como “Insatisfatório”, visto que a média de divulgação dos indicadores nos anos analisados foi de 37,9%. Apenas um dos oito KPIs (gastos com P&D) alcançou um “Bom” nível de divulgação, e outros dois (reconhecimento da marca/despesas com desenvolvimento de mudanças e com os processos da organização) alcançaram um nível “Satisfatório” de divulgação. Por outro lado, três dos indicadores (número de testes com novas tecnologias, número de novos produtos desenvolvidos e vendas geradas por produtos originados por P&D) foram classificados com o pior nível de divulgação, “Ruim”, e, por fim, dois indicadores foram classificados como “Insatisfatório”.

Os resultados encontrados apontam os seguintes indicadores com o menor índice de divulgação: número de testes com novas tecnologias, número de novos produtos desenvolvidos e receitas geradas por produtos originados pelo setor interno de pesquisa e desenvolvimento da organização. Considerando o setor de atuação das empresas estudadas, alguns desses resultados podem ser justificados, visto que parte delas não é voltada para o desenvolvimento de novos produtos. O indicador que obteve maior desempenho foi quanto à divulgação pelas empresas dos gastos direcionados à pesquisa e desenvolvimento.

4.2.5 Resumo da Divulgação dos Capitais não Financeiros

Na Tabela 6, sumariza-se pelos quatro capitais os resultados alcançados durante a pesquisa, sendo possível identificar os índices de divulgação de cada um dos capitais, bem como o índice geral da amostra.

Tabela 6 - Níveis de Divulgação dos Capitais não Financeiros

Indicadores-Chaves de Desempenho (KPI)	2018	2019	2020	ID KPI	Classificação
	ID	ID	ID		
Capital Natural	0,7363	0,7744	0,7619	0,7602	Bom
Capital Humano	0,7343	0,6603	0,6591	0,6769	Satisfatório
Capital Social e de Relacionamento	0,5865	0,5132	0,5417	0,5424	Satisfatório
Capital Intelectual	0,3750	0,3816	0,3802	0,3795	Insatisfatório
ID médio	0,6080	0,5824	0,5857	0,5898	Satisfatório

Fonte: Elaborado pelos autores.

Durante o período analisado não houve variações significativas no nível de divulgação de todos os KPIs, existindo apenas uma pequena queda no nível de divulgação entre os anos de 2018 e 2019. Porém, observa-se que houve uma divulgação de 58,98% dos KPIs em todos os relatórios analisados, indicando que os níveis de divulgação dos capitais podem ser classificados como “Satisfatório”.

O nível de divulgação do Capital Natural pode ser considerado “Bom”, podendo ser justificado pelos setores de atuação das empresas da amostra escolhida, os quais, segundo a Teoria da Legitimidade, tendem a divulgar mais informações de caráter ambiental para se manterem legítimas. Este mesmo resultado foi encontrado no trabalho de Cardoso et al. (2017a), porém, no trabalho de Teixeira et al. (2021) o nível de divulgação do Capital Natural foi classificado como “Satisfatório” e no trabalho de Nascimento et al. (2015) foi classificado como “Insatisfatório”.

Com relação ao capital intelectual, obtendo o pior desempenho obtido entre os capitais, o nível de divulgação dos indicadores foi classificado como “Insatisfatório”, mesmo resultado verificado nos estudos de Nascimento et al. (2015) e Teixeira et al. (2021).

5 CONCLUSÕES

Decorrente do acréscimo das discussões acerca do Relato Integrado, o objetivo desta pesquisa foi verificar o nível de divulgação das informações socioambientais das empresas com maior probabilidade de impacto ambiental, por meio da análise dos indicadores-chave de desempenho dos capitais não financeiros propostos pelo IIRC. Assim, este estudo contribui para a análise da adesão à estrutura internacional do Relato Integrado e para a análise da divulgação das informações não financeiras pelas empresas de acordo com este modelo proposto pelo IIRC.

Foram analisados os Formulários de Referência de empresas listadas na B3 e verificadas as respostas dadas na seção 7.8 sobre as informações socioambientais, para que se pudesse coletar os relatórios anuais com informações sobre sustentabilidade dos anos de 2018 a 2020 das entidades que informaram que adotaram as diretrizes propostas pelo IIRC para a elaboração de tais relatórios.

Foi verificado um acréscimo na adoção do modelo proposto pelo IIRC ao longo dos anos analisados, uma vez que houve um aumento de 80,95% de empresas que adotaram o Relato Integrado no período analisado. Apesar disso, ainda apenas 41,8% das entidades que divulgam relatórios com informações sobre sustentabilidade, aderiram ao Relato Integrado no último ano analisado (2020).

A partir da coleta dos relatórios integrados, foi analisada a divulgação de termos relacionados aos indicadores-chave correspondentes a cada um dos capitais não financeiros

para o cálculo do Índice de Divulgação de cada um dos KPIs. Com isso, foi verificado que o capital com o maior nível de divulgação foi o Capital Natural, pois 76% dos KPIs deste grupo foram divulgados pelas empresas, assim, obtendo o melhor nível de divulgação. Este resultado corrobora a Teoria da Legitimidade, logo, para se manterem legítimas, ou até mesmo para recuperar ou reparar a legitimidade, as empresas analisadas divulgam um maior volume de informações ambientais, uma vez que possuem maior probabilidade de poluição.

Os Capitais Social e de Relacionamento e Humano obtiveram um nível satisfatório de divulgação dos KPIs, pois as empresas divulgaram 54% e 68% dos indicadores nos relatórios analisados. Porém, os índices de divulgação dos KPIs relacionados ao Capital Intelectual obtiveram baixos resultados, o que ocasionou em um índice de apenas 38%, dessa forma, esse capital foi classificado como um nível insatisfatório na divulgação das informações.

De maneira geral, há uma flexibilidade e uma subjetividade quanto à elaboração do Relato Integrado, entretanto, há diretrizes que foram recomendadas pelo IIRC para a divulgação das informações, e, a partir dos resultados encontrados, as empresas ainda podem melhorar na divulgação das informações sobre sustentabilidade, conforme tais diretrizes. Boa parte das empresas estudadas já divulgam as informações não financeiras recomendadas satisfatoriamente, visto que esta divulgação auxilia na legitimação e, conseqüentemente, na continuidade das organizações.

A não obrigatoriedade e a aderência de apenas parte das empresas da amostra pelo Relato Integrado foram as principais limitações para a execução desta pesquisa. Visto isso, não é possível fazer uma comparabilidade anual dos IDs calculados de cada ano. No entanto, observa-se um índice geral referente a todos os relatórios analisados de 0,5898, por meio da divisão dos KPIs divulgados por todos os relatórios, dividido pela quantidade total de KPIs (34) multiplicado pelo número total de relatórios analisados (56). Ou seja, 58,98% dos KPIs foram divulgados pelas empresas, observando-se um nível satisfatório (Nível 2) na divulgação dos capitais nos relatórios analisados.

Ressalta-se, por fim, que os resultados alcançados por esta pesquisa não podem ser generalizados, uma vez que se limitou a uma amostra específica de empresas: aquelas listadas na bolsa de valores brasileira que possuem maior probabilidade de causarem impactos ambientais.

Devido à crescente adesão ao Relato Integrado, recomenda-se para estudos futuros mais análises sobre o tema, que poderão contribuir com mais informações para as empresas, acadêmicos e demais interessados sobre este modelo de relatório. Sugere-se, ainda, aprofundar a investigação sobre a divulgação das informações não financeiras por meio deste relatório, ampliando-se o recorte temporal e a amostra de estudo. A análise de como cada empresa demonstra a geração de valor por meio de cada um dos capitais do RI, a análise dos relatórios quanto à aderência aos princípios e aos elementos de conteúdos propostos pelo *framework* do RI e a comparação do nível de divulgação de informações não financeiras com relatórios de empresas que não adotaram ao RI são também sugestões para estudos futuros que poderão contribuir com maiores informações sobre o tema.

REFERÊNCIAS

B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. **Transparência**. Relate ou Explique, 2020. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/b3/sustentabilidade/institucional/transparencia/transparencia.htm>. Acesso em: 02 jul. 2021.

BACHOO, Kaveen; TAN, Rebecca; WILSON, Mark. Firm value and the quality of sustainability reporting in Australia. **Australian Accounting Review**, v. 23, n. 1, p. 67-87,

2013. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1835-2561.2012.00187.x>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110165.htm>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CARDOSO, Camila et al. Indicadores de Capital Natural das empresas listadas na BM&FBovespa pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): uma evidência desde o Relato integrado. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2017a. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4253>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CARDOSO, Camila; SILVA, Luciana Maria; SILVA, Roseane Patrícia Araújo. Relato integrado: Divulgação dos Capitais Humano e Financeiro em instituições bancárias sob a ótica da Teoria da Sinalização. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2017b. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4264>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04**. Aprova a NBC T15 – Informações de natureza social e ambiental. 2004. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Orientação Técnica CPC 09 – Relato Integrado**. Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo Internacional Integrated Reporting Council (IIRC), 2020. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Orientacoes/Orientacao?Id=122>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. **Resolução CVM Nº 14, de 9 de dezembro de 2020**. Aprova a Orientação Técnica CPC 09 - Relato Integrado, 2020. Disponível em: <<http://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst480.html>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

DE VILLIERS, Charl; VAN STADEN, Chris J. Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. **Accounting, organizations and society**, v. 31, n. 8, p. 763-781, 2006. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368206000250>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

DIAS FILHO, José Maria. A Pesquisa Qualitativa sob a Perspectiva da Teoria da Legitimidade: uma alternativa para explicar e prever políticas de evidenciação contábil. **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506**, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/257>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

FREEMAN, R. Edward. **Strategic management: A stakeholder approach**. Cambridge university press, 2010.

GARCIA, Alexandre Sanches et al. Como o Relato Integrado vem sendo disseminado no contexto das Organizações Privadas e Públicas? **XIX USP International Conference in Accounting**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1742.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

GARCIA, Solange et al. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 67-94, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/762/76238832004.pdf>>. Acesso em: 17 de jul. 2021.

HACKSTON, David; MILNE, Markus J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, auditing & accountability journal**, 1996. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/09513579610109987/full/html>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M.; TAYLOR, Robert Brian. **Gestão de custos: contabilidade e controle**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanco Social**. Disponível em: <<https://ibase.br/pt/balanco-social/>>. Acesso em: 17 de jul. 2021.

IIRC - International Integrated Reporting Council. **A estrutura internacional para relato integrado, versão em português**, 2013a. Disponível em: <<https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

IIRC - International Integrated Reporting Council. **IR Background Paper Capitals**, 2013b. Disponível em: <<http://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/03/IR-Background-Paper-Capitals.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2021.

KASSAI, J. R.; CARVALHO, L. N. Relato Integrado: a próxima revolução contábil. **ENGEMA**. São Paulo. Ética e Sustentabilidade Socioambiental na empresa inovadora, 21-34, 2013. Disponível em: <https://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/793530/mod_resource/content/1/Relato%20Integrado%20Kassai.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

LAI, Alessandro; MELLONI, Gaia; STACCHEZZINI, Riccardo. Integrated reporting and narrative accountability: The role of preparers. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 2018. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/AAAJ-08-2016-2674/full/html>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

LINHARES, Heloíza da Câmara. **Análise do desempenho financeiro de investimentos ESG nos países emergentes e desenvolvidos**. 2017. 43 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Ciências Contábeis) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/19501>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

LEMOS, Kátia Matos; ARIZA, Lázaro Rodríguez; RODRIGUES, Lúcia Lima. Determinantes do nível de divulgação de informação sobre instrumentos derivados—uma análise multivariada. Evidência empírica no mercado de capitais português. In: **Paper apresentado em: XV Congresso AECA “Decidir en época de crisis: transparência y responsabilidad**. 2012. Disponível em: <http://www.aeca1.org/pub/on_line/comunicaciones_xvcongresoaecca/cd/89a.pdf>. Acesso em: 29 out. 2021

MARTINEZ-ALIER, Joan. **Economia ecológica**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Economia, 1996. Disponível em: <http://www.ifba.edu.br/PROFESSORES/ANTONIOCLODOALDO/01%20TERMODINAMICA%20E%20ADM/alier_economia_ecologica.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

NASCIMENTO, Maxleide Castro et al. Relato Integrado: uma análise do nível de aderência das empresas do novo mercado aos indicadores-chave (KPIs) dos capitais não financeiros. In: **XV CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**, São Paulo. 2015.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade ambiental**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROVER, Suliani; MURCIA, Fernando Dal-Ri. **Influência do disclosure voluntário econômico e socioambiental no custo de capital próprio de empresas brasileiras**. Encontro da Associação nacional dos programas de pós-graduação em ciências contábeis-anpcont, IV, Natal. Anais... Natal, ANPCONT, 2010.

TEIXEIRA, Aline Christina et al. Nível da divulgação das informações não financeiras das empresas brasileiras participantes do projeto piloto de relato integrado. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 18, n. 46, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/62657>>. Acesso em: 14 jul. 2021.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, n° 32, p. 97-180, 2001.

ZARO, Elise Soerger. **Análise comparativa de relatos integrados das empresas brasileiras a luz da estrutura conceitual**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134964>>. Acesso em: 26 jun. 2021.